



PROSEGUR

Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	8
DIRETORIA ADMINISTRATIVA.....	18
DIRETOR FINANCEIRO	18
RESPONSÁVEL TÉCNICO	18
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO



Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança
CNPJ nº 17.428.731/0001-35

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos senhores acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2017.

A Diretoria.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5	80.270	127.567
Clientes	6	434.839	466.285
Impostos a recuperar	7	166.224	131.009
Despesas antecipadas		21.035	20.669
Estoques		6.483	6.003
Créditos a receber de terceiros	9	20.182	-
Sinistros a receber	10	36.747	39.706
Outros recebíveis		48.204	18.963
Total do ativo circulante		813.984	810.202
Crédito com partes relacionadas	26	312.597	447.368
Ativo fiscal diferido	25	97.843	77.708
Depósitos judiciais	8	32.431	43.479
Créditos a receber de terceiros	9	-	23.623
Outros recebíveis		2.904	3.819
Total do ativo realizável a longo prazo		445.775	595.997
Imobilizado	11	314.289	265.521
Intangível	12	757.597	805.068
Total do ativo não circulante		1.517.661	1.666.586
Total do ativo		2.331.645	2.476.788
Passivos			
Fornecedores	13	145.875	156.512
Empréstimos e financiamentos	14	64.765	94.240
Debêntures	15	-	49.643
Salários e encargos sociais	16	274.554	284.127
Impostos e contribuições	17	50.517	32.705
Provisões	18	21.397	31.475
Obrigações por compra de participações	19	69.221	96.776
Outros		4.423	7.404
Total do passivo circulante		630.752	752.882
Fornecedores		-	363
Empréstimos e financiamentos	14	10.645	2.493
Debêntures	15	-	23.778
Provisões	18	402.251	229.898
Obrigações por compra de participações	19	2.638	96.076
Débitos com partes relacionadas	26	50.836	3.446
Impostos e contribuições	17	34.748	95.133
Total do passivo não circulante		501.118	451.187
Total do passivo		1.131.870	1.204.069
Patrimônio líquido			
Capital social	20	1.074.464	1.074.464
Outros resultados abrangentes	20	5.923	8.215
Reserva de reavaliação	20	63	269
Reserva de lucros	20	119.325	189.771
Total do patrimônio líquido		1.199.775	1.272.719
Total do passivo e patrimônio líquido		2.331.645	2.476.788

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita líquida	22	3.104.360	3.056.016
Custo dos serviços prestados	23	(2.405.710)	(2.338.318)
Lucro bruto		698.650	717.698
Despesas comerciais	23	(156.894)	(144.767)
Despesas gerais e administrativas	23	(531.251)	(548.097)
Resultado de equivalência patrimonial		94	451
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		68.162	(4.608)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		78.761	20.677
Despesas financeiras	24	(97.360)	(177.266)
Receitas financeiras	24	53.101	118.006
Receita (despesas) financeiras líquidas		(44.259)	(59.260)
(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		34.502	(38.583)
Imposto de renda e contribuição social	25	(13.153)	2.193
(Prejuízo) Lucro do exercício		21.349	(36.390)
(Prejuízo) Lucro por ação			
(Prejuízo) Lucro por ação - Básico e Diluído (em R\$)		52,80	(90,01)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício		21.349	(36.390)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	23	113.820	131.292
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6	25.301	9.246
Provisões para contingências	18	364.018	(23.351)
Ganhos/Perdas na venda de imobilizado		11.099	16.943
Equivalência patrimonial		(94)	(451)
Impostos diferidos		(20.135)	(1.562)
Juros e variações monetárias líquidas		23.576	116.071
		538.934	211.798
(Aumento) redução de ativos			
Clientes		6.145	(1.526)
Impostos a recuperar		(35.215)	(17.259)
Estoques		(480)	(2.106)
Depósitos judiciais		11.048	91.521
Outros		(19.807)	(25.968)
Aumento (redução) de passivos			
Fornecedores		(11.000)	24.041
Salários e encargos sociais		(9.573)	20.286
Impostos e contribuições		133.018	20.203
Juros pagos		(31.012)	-
Impostos pagos		(175.590)	-
Pagamento de processos judiciais		(201.743)	-
Outros		(5.180)	(9.854)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		199.545	311.136
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		(175.576)	(72.254)
Obrigações por compra de participações, líquido		(120.993)	119.959
Dividendos recebidos de controladas		-	304
Venda de participações societárias		-	6.030
Fluxo de caixa (provenientes das) utilizados nas atividades de investimentos		(296.569)	54.039
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(342.706)	(28.000)
Mútuos entre partes relacionadas líquidas		189.598	(106.304)
Pagamentos das debêntures		(73.421)	(45.712)
Empréstimos tomados		321.382	90.000
Transferência de bens do ativo imobilizado entre partes relacionadas		46.875	-
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(92.001)	(282.036)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento		49.727	(372.052)
(Redução) Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(47.297)	(6.877)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		127.567	134.444
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		80.270	127.567
(Redução) Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(47.297)	(6.877)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios
 findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital	Adiantamento	Reservas de lucros			Outros	Reserva de	Lucros	Total do
	social	para aumento	Legal	Incentivos	Lucros	resultados			
	integralizado	de capital	Legal	fiscais	retidos	abrangentes	reavaliação	acumulados	líquido
Saldos em 31 de									
dezembro de 2014	1.001.079	73.385	39.366	562	447.044	4.497	896	-	1.566.829
Total de resultados									
abrangentes									
do período									
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(36.390)	(36.390)
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-	-	-	-	3.718	-	-	3.718
Transações com acionistas									
Integralização do capital	73.385	(73.385)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição reserva legal	-	-	1.939	-	(1.939)	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	627	-	(627)	-	-
Realização da reserva de incentivos fiscais	-	-	-	(562)	-	-	-	-	(562)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(260.746)	-	-	-	(260.746)
Outras reservas	-	-	-	-	(130)	-	-	-	(130)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	(36.390)	-	-	36.390	-
Saldos em 31 de									
dezembro de 2015	1.074.464	-	41.305	-	148.466	8.215	269	-	1.272.719
Total de resultados									
abrangentes									
do período									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	21.349	21.349
Outros resultados abrangentes no exercício	-	-	-	-	-	(2.292)	-	-	(2.292)
Transações com acionistas									
Constituição reserva legal	-	-	1.067	-	(1.067)	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(206)	206	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(92.001)	-	-	-	(92.001)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	21.555	-	-	(21.555)	-
Saldos em 31 de									
dezembro de 2016	1.074.464	-	42.372	-	76.953	5.923	63	-	1.199.775

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança ("Companhia" ou "Prosegur") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Seu objeto social é a prestação de serviços de logística e transporte de valores, envolvendo dinheiro, documentos, títulos de crédito, metais preciosos, em barras ou amoadados, e outros valores e objetos conversíveis em dinheiro. Ela atua, ainda, na manipulação, guarda e custódia de valores, contagem de numerário, arquivos físicos e eletrônicos, preparação de documentos compensáveis, administração de pagamentos e recebimentos, manutenção de equipamentos e administração de caixas bancários automáticos (caixas eletrônicos), dentre outros. Atualmente, a Prosegur possui 119 filiais distribuídas em 26 Estados do Brasil e Distrito Federal, contando com um efetivo de 43.602 colaboradores (46.591 em 2015). Esta presença em todo o território nacional foi garantida através da expansão dos negócios por todo o Brasil. Desde 2005, a Prosegur adquiriu e incorporou diversas empresas com atuação nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria da Companhia em 31 de março de 2017. Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 3. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras mensuradas pelos seus valores justos por meio do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **(i) Julgamentos e incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 3 (e)** - classificação de arrendamento mercantil. **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findo em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa 6** - premissa sobre a mensuração das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa; • **Nota explicativa 11** - premissa sobre a mensuração da vida útil dos ativos imobilizados; • **Nota explicativa 12 (ii)** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade do fundo de comércio; • **Nota explicativa 18** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos e mensuração de obrigações de benefícios definidos: principais premissas atuariais; e • **Nota explicativa 25** - premissas sobre a mensuração dos impostos diferidos.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos períodos apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto nos casos indicados em contrário.

a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos na data em que foram originados. Os demais ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por

meio do resultado) são reconhecidos quando a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Prosegur desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial apenas quando o direito legal de compensar os valores e exista a intenção de liquidá-lo em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras) e empréstimos e recebíveis. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa, contas a receber de clientes e saldos com partes relacionadas. **Equivalentes de caixa:** Equivalentes de caixa abrangem saldos de investimentos financeiros com vencimento original de, no máximo, três meses a partir da data da contratação, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. **(ii) Passivos financeiros não derivativos:** Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Suas baixas são realizadas quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores e outras contas a pagar. **(iii) Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais:** O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. Conforme definido em estatuto, os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo.

b. Redução ao valor recuperável (impairment): (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A perda no seu valor recuperável é reconhecida se ocorrer algum evento de perda que tenha efeito negativo mensurável nos fluxos de caixa futuros projetados. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o atraso ou não pagamento por parte do devedor, a negociação de condições que a mesma não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individual como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente, são avaliados coletivamente, com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Na avaliação coletiva da perda por redução ao valor recuperável, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração das condições econômicas e de crédito atuais. Uma redução do valor recuperável de um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa

estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos, através da reversão do desconto. Se houver um evento subsequente indicando reversão da perda, o montante indicado é registrado diretamente no resultado. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, a saber: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, imobilizado e intangível são revisados anualmente quanto a sua recuperabilidade. Caso haja algum indicativo, um novo valor para o ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa" ou "UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou a Companhia de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado as mesmas e, se ainda houver perda remanescente, o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs é reduzido em uma base *pro-rata* em contrapartida do resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é passível de reversão. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada apresentação das demonstrações financeiras. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida quando existe mudança nas estimativas usadas e quando o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização e sem considerar a perda de valor reconhecida. **c. Imobilizado:** **(i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Empresa para os CPCs (IFRS) foi determinada com base em seu valor justo naquela data. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre o valor de venda e o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de Outras Receitas no resultado. O imobilizado em curso é composto predominantemente por obras civis, reforma e aquisição de novos Blindados, ampliação da rede de processamento de dados e microcomputadores, ampliação e modernização de maquinários de tesouraria. **(ii) Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido pelo valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. Ela é reconhecida no resultado pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros gerados para Companhia. Ativos arrendados são depreciados com base nas suas vidas úteis, considerando que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Ativos intangíveis: (i) Ágio:** O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. **Mensuração subsequentes:** O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(ii) Pesquisa e desenvolvimento:** Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado na medida em que incorridos. Por sua vez, atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando a produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados. Tais gastos são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, custos de fabricação que são diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso. Eles encontram-se mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. **(iii) Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm

vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. **(iv) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao qual se relacionam. **(v) Amortização:** A amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. Ela é reconhecida no resultado pelo método linear e com base nas vidas úteis estimadas dos intangíveis, exceto ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A Companhia considera que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Ativos arrendados: Determinando se um contrato contém um arrendamento:

No começo de um contrato, a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo quando transfere o direito à Companhia de controlar o uso do ativo subjacente. A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto. Os arrendamentos nos quais a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Por sua vez, os arrendamentos operacionais são reconhecidos diretamente no resultado, sem reconhecimento dos ativos arrendados. **Pagamentos de arrendamentos:** Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do mesmo. Os pagamentos mínimos de arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento, visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

f. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras, desde que seja inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizáveis líquidos.

g. Benefícios a empregados: (i) Planos de benefício definido: A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado, sendo utilizado o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis. Quando a obrigação de plano de benefício definido resulta em um potencial passivo, o mesmo é reconhecido no grupo contábil de Provisões, no passivo não circulante. Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em Outros Resultados Abrangentes (ORA). A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinação no início do período a que se referem as demonstrações financeiras e considerando quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado. Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

h. Provisões: As provisões são reconhecidas quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

i. Receita operacional: (i) Serviços: A receita decorrente da prestação de serviços de vigilância patrimonial e de transporte de valores, não faturadas, é reconhecida como contas a receber de clientes tendo como base mensal a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, evidenciado através de menção dos serviços, de forma que as receitas se contraponham aos custos na competência adequada.

j. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros e ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são contabilizados no resultado, através do método de juros efetivos.

k. Moeda estrangeira: (i) Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos. **l. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Esses são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. As exceções no seu reconhecimento são para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável; diferenças relacionadas a investimentos em subsidiárias e entidades controladas quando seja provável que elas não revertam num futuro previsível. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às reversões das diferenças temporárias, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercício de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Dessa forma, a adoção antecipada das

mesmas não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Aquelas que podem ser relevantes para a Empresa estão mencionadas abaixo: **IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros):** A IFRS 9 substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. No entanto, a Companhia realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2016 e nas relações de hedge identificadas em 2016 no âmbito da IAS 39. **IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes):** A IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. A IFRS 15 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. **IFRS 16 Leases (Arrendamentos):** A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Caixa	517	476
Bancos conta movimento	77.439	90.245
Aplicações financeiras	2.314	36.846
Caixa e equivalentes de caixa	80.270	127.567

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 21. Os saldos de caixa e equivalentes, que compreendem basicamente saldos em conta corrente, foram classificados como empréstimos e recebíveis. As aplicações financeiras referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário e compromissadas, remunerados a aproximadamente 91,81% (93,25% em 31 de dezembro de 2015) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que possuem liquidez imediata.

6. Clientes

	2016	2015
Contas a receber de terceiros no país	276.340	285.664
Contas a receber de partes relacionadas	-	5.843
Serviços a faturar	222.580	213.558
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(64.081)	(38.780)
Total contas a receber de clientes	434.839	466.285

Reconhecimento dos serviços a faturar: A maioria dos serviços a clientes são faturados entre os dias 6 a 15 de cada mês. Dessa forma, todos os serviços já executados dentro do mês em datas posteriores ao fechamento da última fatura correspondente são provisionados na conta de "Serviços a faturar" no grupo contábil de "Clientes" no ativo circulante, em contrapartida à conta de "Receita" na demonstração do resultado do exercício. A composição do contas a receber, por vencimento, está demonstrada abaixo:

	2016	2015
A vencer	404.354	413.867
0 a 30 dias	19.953	30.996
31 a 60 dias	5.658	11.246
61 a 90 dias	4.194	6.257
91 a 180 dias	7.420	12.547
Mais de 181 dias	57.341	30.152
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	(64.081)	(38.780)
Total	434.839	466.285

A movimentação na perda esperada para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada abaixo:

	2016	2015
Saldo no início do exercício	(38.780)	(32.220)
Créditos provisionados no exercício	(37.959)	(9.329)
Baixas definitivas de títulos	12.658	2.769
Saldo no final do exercício	(64.081)	(38.780)

A provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa foi contabilizada na rubrica despesas comerciais na demonstração do resultado do

exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante provisionado, os valores são baixados definitivamente no resultado do exercício.

7. Impostos a recuperar

Natureza dos impostos recuperáveis	2016	2015
Impostos sobre o faturamento	101.615	8.376
IRPJ e CSLL a recuperar	64.609	122.633
Total dos impostos a recuperar	166.224	131.009

8. Depósitos judiciais

Natureza dos processos	2016	2015
Trabalhistas	9.876	18.622
Cíveis	1.365	2.973
Tributárias	21.190	21.884
Total dos depósitos judiciais	32.431	43.479

9. Créditos a receber de terceiros

A Companhia contabiliza valores a descontar das parcelas remanescentes dos preços de compra relativos a aquisição de empresas: Grupo Nordeste, Transvig e Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda., cujo passivo encontra-se detalhado na nota explicativa 19. O montante registrado se refere a liquidação de processos judiciais, multas e tributos, relativos a competências de responsabilidade dos antigos sócios de empresas adquiridas. Estes descontos estão previstos contratualmente e são negociados anualmente com os vendedores das empresas adquiridas. No período findo em 31 de dezembro de 2016, o montante foi reclassificado para o ativo circulante, devido a expectativa de realização dos saldos em 2017.

10. Sinistros a receber

Valores a receber das seguradoras, relativos a sinistros por roubos e furtos a bases operacionais e carros fortes. Em 2016, as principais bases sinistradas foram: Barreiras, Marabá e Ribeirão Preto. Em 31 de dezembro de 2016, o montante a receber era de R\$36.747 (2015: R\$39.706).

11. Imobilizado

Custo do imobilizado bruto	Terrenos, edificações e construções	Máquinas, equipamentos e armamentos	Móveis e utensílios	Veículos e carros fortes	Equipos. de process. de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizações em curso	Outros	Total
	Saldos em 31/12/2014	45.375	161.031	31.052	187.457	93.769	86.595	33.585	2.797
Adições	-	10.712	302	94	1.130	27	33.445	2.910	48.620
Transferências	366	17.482	1.673	14.081	3.329	3.011	(39.942)	-	-
Baixas	(37)	(18.027)	(2)	(13.204)	(78)	(1.329)	(1.526)	(699)	(34.902)
Incorporações	-	544	159	975	77	-	-	149	1.904
Saldos em 31/12/2015	45.704	171.742	33.184	189.403	98.227	88.304	25.562	5.157	657.283
Adições	3.752	41.615	2.138	34.094	17.720	26.193	36.873	1.909	164.294
Baixas	(40.901)	(1.310)	(63)	(7.489)	(882)	(6.633)	(16.388)	402	(73.264)
Saldos em 31/12/2016	8.555	212.047	35.259	216.008	115.065	107.864	46.047	7.468	748.313
Depreciação acumulada	Terrenos, edificações e construções	Máquinas, equipamentos e armamentos	Móveis e utensílios	Veículos e carros fortes	Equipos. de process. de dados	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Imobilizações em curso	Outros	Total
Saldos em 31/12/2014	(5.111)	(84.366)	(17.972)	(145.292)	(67.805)	(48.146)	-	(2.183)	(370.875)
Depreciação	(1.089)	(15.425)	(2.187)	(16.199)	(9.687)	(6.778)	-	(287)	(51.652)
Baixas	-	16.259	-	12.760	57	1.320	-	689	31.085
Incorporações	-	(20)	(6)	(242)	(8)	-	-	(44)	(320)
Saldos em 31/12/2015	(6.200)	(83.552)	(20.165)	(148.973)	(77.443)	(53.604)	-	(1.825)	(391.762)
Depreciação	(653)	(17.097)	(2.292)	(17.504)	(10.458)	(9.283)	-	(265)	(57.552)
Transferência	(396)	-	-	-	-	396	-	-	-
Baixas	6.857	402	22	3.877	540	2.982	-	610	15.290
Saldos em 31/12/2016	(392)	(100.247)	(22.435)	(162.600)	(87.361)	(59.509)	-	(1.480)	(434.024)
Taxas anuais de depreciação (%)	0 a 4	10	10	10	20	55	-	10 a 20	
Imobilizado líquido									
Saldo em 31/12/2015	39.504	88.190	13.019	40.430	20.784	34.700	25.562	3.332	265.521
Saldo em 31/12/2016	8.163	111.800	12.824	53.408	27.704	48.355	46.047	5.988	314.289

Garantia: Em 31 de dezembro de 2016, haviam imóveis que foram dados como garantia em um processo fiscal, classificado com risco de perda remoto. Não há nenhum ativo em garantia a empréstimos.

Determinados contratos de arrendamento mercantil são firmados de forma irrevogáveis, sujeitos a encargos de CDI mais juros de 0,85% a 2,1% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, cuja última parcela está prevista para o ano de 2019. Os contratos estão garantidos por aval, nota promissória e pelos próprios bens adquiridos. Os contratos de empréstimos e financiamento não apresentam cláusulas contratuais restritivas (*covenants*).

Termos e cronograma de amortização dos empréstimos para capital de giro

Moeda	Ano de		
	vencimento	2016	2015
R\$	2016	-	91.241
R\$	2017	58.755	-

Total passivos com capital de giro 58.755 91.241

Os contratos de capital de giro estão sujeitos a encargos de 118% a 122% do CDI ao ano, utilizados para pagamento de Debêntures e renovação de seguro, cujas parcelas estão previstas para encerramento no ano de 2017. Maiores informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez estão apresentadas na nota explicativa nº 21.

15. Debêntures

Em 11 de abril de 2012, foi formalizado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de Debêntures Simples, no montante de R\$ 230.000, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação da Prosegur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança. Os recursos obtidos foram destinados a liquidação do empréstimo ponte tomado pela emissora junto a empresas ligadas para pagamento da 1ª parcela do preço de aquisição do Grupo Nordeste e o saldo remanescente foi destinado para aquisição e repêrimento da dívida das empresas Nordeste Segurança de Valores Paraíba Ltda., Nordeste Segurança de Valores Alagoas Ltda., Nordeste Segurança de Valores Rio Grande do Norte Ltda., Nordeste Segurança de Valores Ceará Ltda., Nordeste Segurança de Valores Bahia Ltda., Nordeste Segurança de Valores Sergipe Ltda., Nordeste Segurança de Valores Piauí Ltda., Nordeste Transporte de Valores Ltda., e Transbank Segurança

e Transporte de Valores Ltda. As debêntures emitidas tinham prazo de 05 (cinco) anos com vencimento previsto para 07 de março de 2017. Em 2016, a Companhia optou por realizar a liquidação antecipada do saldo remanescente por estratégia de financiamento global.

16. Salários e encargos sociais

	2016	2015
Salários a pagar	57.548	57.397
Provisão de férias	139.633	150.853
FGTS e INSS a pagar	36.224	50.223
Rescisões a pagar	15.229	4.636
Outros encargos e provisões a pagar	25.920	21.018
Total	274.554	284.127

17. Impostos e contribuições

	2016	2015
Passivo circulante		
ICMS a recolher	12.496	11.366
ISS a recolher	10.291	11.845
Parcelamentos fiscais	27.730	9.494
Total	50.517	32.705
Passivo não circulante		
Tributos federais	-	49.811
ISS a recolher	-	6.678
Parcelamentos fiscais	34.748	38.644
Total	34.748	95.133

Os saldos dos parcelamentos fiscais referem-se aos programas de recuperação fiscal para regularização de créditos, decorrentes de débitos de tributos federais, estaduais e municipais.

18. Provisões

Saldos em 31/12/14

Circulante
Não circulante
Adições
Baixas - pagamentos
Reversões
Líquido depósitos judiciais (d.)

Saldos em 31/12/15

Circulante
Não circulante
Adições
Baixas - pagamentos
Reversões
Líquido depósitos judiciais (d.)

Saldos em 31/12/16

Circulante
Não circulante

	Contingências			Benefícios a empregados	Outras provisões	Total
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas			
Saldos em 31/12/14	76.064	6.761	104.172	9.478	3.814	200.289
Circulante	-	-	-	-	3.814	3.814
Não circulante	76.064	6.761	104.172	9.478	-	196.475
Adições	23.443	6.016	122.813	-	27.661	179.933
Baixas - pagamentos	(1.667)	(2.761)	(162.936)	(2.184)	-	(169.548)
Reversões	14.692	(2.549)	(45.880)	-	-	(33.737)
Líquido depósitos judiciais (d.)	(13.133)	4.471	93.098	-	-	84.436
Saldos em 31/12/15	99.399	11.938	111.267	7.294	31.475	261.373
Circulante	-	-	-	-	31.475	31.475
Não circulante	99.399	11.938	111.267	7.294	-	229.898
Adições	90.000	50.823	211.675	6.508	124.499	483.505
Baixas - pagamentos	(16.669)	(4.308)	(123.032)	-	(134.577)	(278.586)
Reversões	(24.481)	(26.515)	(53.175)	-	-	(104.171)
Líquido depósitos judiciais (d.)	44.720	(400)	17.207	-	-	61.527
Saldos em 31/12/16	192.969	31.538	163.942	13.802	21.397	423.648
Circulante	-	-	-	-	21.397	21.397
Não circulante	192.969	31.538	163.942	13.802	-	402.251

a. Provisão para contingências: As provisões relacionadas a processos judiciais são destinadas a cobrir eventuais perdas em questões trabalhistas, cíveis e fiscais, que estão em andamento, nas diversas esferas administrativas e jurídicas. A Companhia provisiona todas as causas com probabilidades de perdas consideradas prováveis, baseadas na opinião de seus assessores legais e dos advogados internos da Companhia.

b. Benefícios a empregados: Conforme política contábil mencionada nas notas explicativas 3(g) (i), a Companhia não possui plano de benefícios previdenciários e apenas concede plano de assistência médica decorrente da Lei nº 9.656 de 03/06/1998.

Movimentação do valor líquido do passivo (ativo) de benefício definido

	Obrigações por benefício definido		Valor justo dos ativos do plano		Valor líquido do passivo (ativo)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldos em 1º de janeiro	7.294	9.478	-	-	7.294	9.478
Incluídos no resultado						
Custos do serviço corrente	386	236	-	-	386	236
Custos do serviço passado	3.090	178	-	-	3.090	178
Despesa (receita) de juros	901	234	-	-	901	234
	11.671	10.126	-	-	11.671	10.126

	Obrigações por benefício definido		Valor justo dos ativos do plano		Valor líquido do passivo (ativo)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015

Incluídos em ORA

Perdas (ganhos) de remensuração:						
- premissas demográficas	(4.088)	(1.211)	-	-	(4.088)	(1.211)
- premissas financeiras	3.804	(1.512)	-	-	3.804	(1.512)
- ajustes pela experiência	2.576	168	-	-	2.576	168
	2.292	(2.555)	-	-	2.292	(2.555)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

	Obrigações por benefício definido		Valor justo dos ativos do plano		Valor líquido do passivo (ativo)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Outros						
Benefícios pagos	(161)	(277)	-	-	(161)	(277)
	(161)	(277)	-	-	(161)	(277)
Saldos em 31 de dezembro	13.802	7.294	-	-	13.802	7.294

(i) *Premissas atuariais:* As premissas atuariais utilizadas na data do relatório foram (em média ponderada):

	2016	2015
Taxa de desconto	5,68% a.a.	7,20% a.a.
Taxa de inflação de Longo Prazo	5,0% a.a.	5,0% a.a.
Taxa de tendência dos custos médicos	3,0% a.a.	3,0% a.a.

(ii) *Análise de sensibilidade:* Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

	Obrigações de benefício definido	
	Aumento	Redução
31 de dezembro de 2016		
Taxa de desconto [+ (-) 0,5%]	12.359	15.484
Taxa de inflação de Longo Prazo [+ (-) 0,5%]	13.802	13.802
Taxa de tendência dos custos médicos [+ (-) 0,5%]	15.488	12.344
Efeitos sobre a mortalidade futura [+ (-) 1 ano]	14.544	13.075

c. Outras provisões: Referem-se a provisões para riscos em falhas na operação de transporte de valor ou vigilância ativa. **d. Apresentação líquida das provisões para perdas com processos judiciais:** Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as provisões de contingências e os depósitos judiciais foram apresentados de forma líquida.

19. Obrigações por compra de participações

Neste grupo estão registradas as parcelas vincendas decorrentes dos contratos de aquisição de empresas: Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda., Transvig e Grupo Nordeste. O montante devido pela aquisição da Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda. é atualizado pela taxa equivalente a variação de 102% do CDI. Para Transvig e Grupo Nordeste são atualizados pela taxa equivalente a variação de 100% do CDI. No exercício de 2016, foram liquidados o saldo remanescente de *Non Compete*, parte do valor adicionado do preço de compra e a penúltima parcela da dívida de compra do grupo Nordeste, no montante de R\$ 27.802. A 4ª parcela foi paga em fevereiro do ano corrente e a 5ª e última parcela que seria paga somente em fevereiro de 2017, foi paga em maio de 2016. A companhia obteve um desconto financeiro de R\$ 404.

	2016	2015
Grupo Nordeste	64.456	157.358
Grupo Nordeste (Non Compete)	-	27.802
Transvig	3.957	4.623
Fiel Vigilância e Transporte de Valores Ltda.	3.446	3.069
	71.859	192.852
Circulante	69.221	96.776
Não circulante	2.638	96.076

As parcelas de longo prazo possuem os seguintes vencimentos:

	2016	2015
2017	-	93.762
2018	1.319	1.157
2019	1.319	1.157
	2.638	96.076

20. Capital social e reservas

a. Capital social: Em 31 de dezembro de 2016, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$1.074.464, era composto de ações nominativas e sem valor nominal, conforme segue:

	Quantidade de ações (milhares)			%
	Ordinárias	Preferenciais	Total	
Acionistas				
TSR Participações Societárias S.A.	40.428	6.141	46.569	100
	40.428	6.141	46.569	100

Em 19 de Agosto de 2016, a Companhia realizou o grupamento da totalidade de suas ações ordinárias e preferenciais todas nominativas e sem valor nominal, representativas do capital social da Companhia, na proporção de 10:1, de forma que cada lote de 10 (dez) ações foram agrupadas em 1 ação ordinária. Com esta operação, a TSR passou a deter 100% do controle da Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança. **b. Outros resultados abrangentes:** Nesta rubrica estão registrados os resultados abrangentes referentes à mensuração do passivo de benefício definido. **c. Reserva de reavaliação:** Refere-se às reavaliações de bens do ativo imobilizado, anteriores a 31 de dezembro de 2007. A reserva de reavaliação está sendo realizada por depreciação, baixa, ou constituição de provisões para redução ao valor recuperável dos bens reavaliados contra lucros acumulados, líquida dos encargos tributários. **d. Reserva de lucros:** **Reserva legal:** A reserva legal foi constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício estando limitada a 20% do capital, nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76. **Reserva de retenção de lucros:** O saldo acumulado dos lucros gerados até o exercício de 2016 é no montante de R\$119.325 (R\$189.771 em 2015), permanece à disposição dos acionistas para deliberação em Assembleia Geral Ordinária. **e. Dividendos e juros sobre capital próprio:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **Exercício de 2016:** Em reunião da Diretoria realizada em 05 de julho e em 01 de dezembro de 2016, foi aprovada a distribuição de dividendos apurados em anos anteriores nos montantes de R\$22.000 e R\$ 70.001, respectivamente, proporcional a participação de cada um dos acionistas.

Resultado do período	21.349
(-) Reserva legal (5%)	(1.067)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	20.282
Dividendos propostos	92.001

Os dividendos pagos e a pagar por classe de ação foram:

Em milhares de Reais
R\$ 2,27 por ação ordinária (2015: R\$ 6,45)
R\$ 14,98 por ação preferencial (2015: R\$ 42,46)

Exercício de 2015: Em reunião da Diretoria realizada em 02 de março, 12 de junho e em 21 de outubro de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos apurados em anos anteriores nos montantes de R\$188.009, R\$62.109 e R\$10.628, respectivamente, proporcional a participação de cada um dos acionistas. A Companhia liquidou o montante total, sendo R\$62.109 através de pagamentos e R\$198.637 através de redução de obrigações com a controladora.

21. Instrumentos financeiros

Visão geral: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: risco de crédito; risco de liquidez; risco de mercado; risco operacional. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, seus objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e de capital da Companhia. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração tem responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, sendo seus Diretores responsáveis pelo desenvolvimento e acompanhamento

das políticas relacionadas ao assunto. As políticas e diretrizes de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos inerentes ao negócio, para definir limites, controles de riscos apropriados e seu monitoramento e aderência aos limites. **Risco de crédito:** A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos limites individuais de posição, são procedimentos adotados, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. **Contas a receber de clientes e outros créditos:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Administração considera, ainda, a demografia, negócio e país de operação de seus clientes, uma vez que estes fatores podem influenciar o risco de crédito, especialmente nas circunstâncias econômicas deteriorantes atuais. A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. Os principais componentes desta provisão são: um componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais e um componente de perda coletiva estabelecido para grupos de ativos similares com relação a perdas incorridas, porém ainda não identificadas. A provisão de perda coletiva é determinada com base em histórico de estatísticas de pagamento para ativos financeiros semelhantes. As transações vencidas há mais de 180 dias são analisadas pela área de Contas a Receber, a fim de identificar perdas. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez está relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes, o qual é analisado periodicamente pela Administração da Companhia. **Risco de mercado:** O risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos e passivos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. A avaliação e controle deste risco são feitos periodicamente. **Gestão de capital:** A Administração monitora o resultado realizado, em relação aos retornos esperados para cada linha de negócio, a fim de manter uma sólida base de capital para manter a confiança da controladora, credores e manter o desenvolvimento futuro do negócio. **Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de causas associadas a operação da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais desta natureza é atribuída à alta Administração. Seu objetivo é evitar ocorrência de fatos que causem prejuízos financeiros, danos à reputação da Companhia e buscar otimização dos custos. As principais ações para mitigar tais riscos são: • Segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; • Estabelecimento de procedimentos para a reconciliação e monitoramento de operações; • Cumprimento das exigências regulatórias e legais; • Documentação de controles e procedimentos; • Avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratá-los; • Exigências de reportar prejuízos operacionais e

as ações corretivas propostas; • Desenvolvimento de planos de contingência; • Treinamento e desenvolvimento profissional; • Padrões éticos e comerciais; • Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz. **a. Riscos de crédito: Exposição a riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2016	2015
Empréstimos e recebíveis (Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e Partes relacionadas)	827.706	1.041.220
Total	827.706	1.041.220

Perdas por redução no valor recuperável: O movimento na provisão para perdas por redução está demonstrado na nota explicativa 6. Clientes. **b. Risco de liquidez:** As exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo juros estimados e líquido de eventuais negociações são:

	2016	2015
Passivo financeiro não derivativo		
Fornecedores	145.875	156.875
Empréstimos e financiamentos	75.410	96.733
Debêntures	-	73.421
Obrigações por compra de participações	71.859	192.852
Partes relacionadas	50.836	3.446
Total	343.980	523.327

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Os prazos de vencimentos dos passivos financeiros apresentados encontram-se apresentados nas respectivas notas explicativas, a saber: Fornecedores (nota 13); Empréstimos e financiamentos (nota 14); Obrigações por compra de participações (nota 19); Partes relacionadas (nota 26). **c. Risco de mercado: Risco de taxa de juros:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia remunerados por juros com taxa variável era:

	2016	2015
Ativos financeiros (Aplicações Financeiras, Equivalentes de caixa)	2.314	36.846
Passivos financeiros (Arrendamento mercantil, Obrigações por compra de participações, Capital de Giro, Finame e Debêntures)	147.269	363.006

Risco cambial: Os riscos com moeda estrangeira estão associados às transações com a coligada Prosegur España S.L., sediada na Espanha, cujos valores a pagar e a receber correspondem a R\$49.222 e R\$10.872, respectivamente (R\$34.158 e R\$14.068, respectivamente, em 31 de dezembro de 2015) e que estão contratados em Euros.

Valor justo: O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	2.831	77.439	80.270	37.322	90.245	127.567
Contas a receber de clientes	434.839	-	434.839	466.285	-	466.285
Créditos com partes relacionadas	312.597	-	312.597	447.368	-	447.368
	750.267	77.439	827.706	950.975	90.245	1.041.220
	31/12/2016			31/12/2015		
Outros passivos financeiros	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Outros passivos financeiro	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	
Passivos						
Empréstimos e financiamentos	75.410	-	75.410	96.733	-	96.733
Debêntures	-	-	-	73.421	-	73.421
Fornecedores	145.875	-	145.875	156.875	-	156.875
Débitos com partes relacionadas	50.836	-	50.836	3.446	-	3.446
	272.121	-	272.121	330.475	-	330.475

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • **Equivalentes de caixa** - Os valores contábeis correspondem substancialmente ao valor justo, em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI. • **Clientes, Fornecedores e Partes relacionadas** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado. Estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável ou relevante. • **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - São registrados pelo método do custo amortizado, de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada pelo fato de tais passivos não estarem mantidos para negociação. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes de financiamento específicas para as atividades da Companhia. **Hierarquia de valor justo:** A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

• **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3:** Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ativos	2016	2015
Ativo financeiro designado ao valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras)	Nível 2 2.314	36.846
Total de ativos	2.314	36.846

22. Receita operacional

	2016	2015
Receita bruta	3.486.812	3.448.319
Menos:		
Impostos sobre vendas	(364.190)	(358.005)
Devoluções e abatimentos	(18.262)	(34.298)
Total da receita líquida	3.104.360	3.056.016

23. Custos e despesas operacionais

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. A seguir, o detalhamento do resultado por natureza.

	2016	2015
Custos e despesas por função		
Custo dos serviços prestados	(2.405.710)	(2.338.318)
Despesas comerciais	(156.894)	(144.767)
Despesas gerais e administrativas	(531.251)	(548.097)
Total de custos e despesas operacionais	(3.093.855)	(3.031.182)
Custos e despesas por natureza		
Custos e despesas com pessoal	(2.205.733)	(2.134.039)
Amortização e depreciação	(113.820)	(131.292)
Aluguéis	(116.155)	(121.425)
Processos trabalhistas, cíveis e tributários	(191.023)	(183.919)
Outros custos e despesas operacionais	(467.124)	(460.507)
Total de custos e despesas operacionais	(3.093.855)	(3.031.182)

24. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

	2016	2015
Resultado na venda de ativos	(11.099)	-
Recuperação de despesas	(4.365)	-
Compartilhamento de gastos entre empresas do Grupo	(48.533)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(4.165)	(4.608)
Total de custos e despesas operacionais	(68.162)	(4.608)

Ágio	
Diferenças temporárias	
Prejuízo fiscal e base negativa	
Alocação de intangíveis	
Reavaliação imobilizado	
Impostos ativos (passivos)	

25. Receitas financeiras e despesas financeiras

	2016	2015
Juros sobre aplicações financeiras	784	3.448
Variação cambial ativa	15.357	51.179
Juros sobre operações entre empresas do grupo	10.653	42.461
Atualização de impostos e créditos	23.705	14.780
Outras receitas financeiras	2.602	6.138
Receitas financeiras	53.101	118.006
Despesas de juros	(21.222)	(65.526)
Despesas com comissão	(2.231)	(2.279)
Variação cambial passiva	(10.774)	(45.519)
Juros sobre operações entre empresas do grupo	(2.512)	(54.144)
Atualização monetária	(57.635)	-
Outras despesas financeiras	(2.986)	(9.798)
Despesas financeiras	(97.360)	(177.266)
Despesas financeiras líquidas	(44.259)	(59.260)

26. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social:		
	2016	2015
(Prejuízo) Lucro contábil antes dos impostos	34.502	(38.583)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	11.731	(13.118)
Adições / exclusões permanentes		
Resultado de equivalência patrimonial	(32)	(153)
Outros	1.454	11.079
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	13.153	(2.192)
Diferido	(16.984)	(1.169)
Corrente	30.137	(1.023)
Alíquota efetiva	38%	6%
Ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos: Impostos diferidos ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:		

Ativos		Passivos		Líquido	
2016	2015	2016	2015	2016	2015
26.892	63.283	-	-	26.892	63.283
201.353	146.883	-	-	201.353	146.883
8.037	25.406	-	-	8.037	25.406
-	-	(138.407)	(157.725)	(138.407)	(157.725)
-	-	(32)	(139)	(32)	(139)
236.282	235.572	(138.439)	(157.864)	97.843	77.708

27. Partes relacionadas

Controladora e controladora final

A controladora da Companhia no Brasil é a TSR Participações Societárias S.A. sendo que a controladora final é a Prosegur Companhia de Seguridad S.A. sediada na Espanha.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O montante dos gastos incorridos com remuneração e encargos sociais dos administradores em 2016 foi de R\$7.696 (R\$9.476 em 2015).

Mapa de transações com partes relacionadas

	Débitos/(Créditos)					
	2016			2015		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Controladoras						
TSR Part. Societarias S.A.	295.090	(951)	(1.356)	253.982	(623)	-
Prosegur Companhia de Seguridad, S.A.	10.871	(49.222)	64.200	14.068	(34.518)	75.359
Coligadas						
Prosegur Tecnologia em Sist. de Segurança Ltda.	190	(10)	947	75.800	(11)	-
Setha Ind Eletrônica Ltda.	10	(23)	(613)	21.160	-	-
Prosegur Activa Alarmes Ltda.	115	(4)	(153)	27.591	-	-
Prosegur S.A.- Argentina	31	(60)	-	38	(104)	-
Prosegur Gestão de Ativos Ltda.	-	(504)	7.232	47.958	-	-
Prosegur Adm. de Recebíveis Ltda.	-	-	186	(2.658)	-	-
Prosegur Sistemas de Segurança Ltda.	3.412	-	(38.133)	7.571	-	-
Outros	2.878	(62)	112	7.023	(68)	-
Controladas						
Centro de Treinamento Prosegur Ltda.	-	-	143	678	-	-
Total	312.597	(50.836)	32.565	453.211	(35.324)	75.359
Sumário por Natureza						
Clientes	8.216	-	-	5.843	-	-
Fornecedores	-	(50.836)	-	-	(31.878)	-
Créditos com partes relacionadas	304.381	-	-	447.368	-	-
Débitos com partes relacionadas	-	-	-	-	(3.446)	-
Custos/despesas contratações empresas do grupo	-	-	91.962	-	-	83.662
Receita de vendas	-	-	(59.397)	-	-	(8.303)
Total	312.597	(50.836)	32.565	453.211	(35.324)	75.359

As obrigações líquidas com a controladora indireta Prosegur Cia. de Seguridad S.A. e com a coligada Prosegur España S.L. se referem a operações de mútuos, os quais são atualizados pela variação do Euro mais a variação da TJLP. Os créditos mantidos com a Prosegur Tecnologia decorrem de empréstimos de mútuo corrigidos pela remuneração de 100% do CDI. As demais transações com partes relacionadas se referem substancialmente a contas correntes entre empresas do grupo, as quais são corrigidas pela TJLP. Embora os contratos de mútuos possuam data de vencimento por prazo indeterminado, os débitos com partes relacionadas estão no passivo não circulante, pois, não há expectativa dos mesmos serem liquidados nos próximos 12 meses. As operações que afetam o resultado incluem a parcela aplicável à Prosegur Brasil referente às despesas corporativas rateadas pela controladora indireta Prosegur Cia. de Seguridad S.A. Ademais, rateio de despesas corporativas locais da sua controladora direta e os juros sobre as operações de mútuo. Durante o exercício de 2015, a Companhia efetuou reestruturação societária e liquidação de saldos antigos em aberto, a fim de reduzir os saldos antigos com partes relacionadas.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Rubens Carbonari
Fabio Réus da Silva
Sérgio Augusto França Patrocínio
Alessandro Abrahão Netto de Jesus
Solange Simões

DIRETOR FINANCEIRO

Miguel Torres Távora

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Graziella Figueiredo Ferreira
Gerente Corporativa Contábil
CRC-MG 080210/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da **Prosecur Brasil S.A.**
Transportadora de Valores e Segurança
Belo Horizonte - MG.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Prosecur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prosecur Brasil S.A. Transportadora de Valores e Segurança em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 20 de abril de 2017.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Anderson Luiz de Menezes
Contador CRC MG-070240/O-3



REAL PUBLICIDADE



PROSEGUR

www.prosegur.com.br